



ACÓRDÃO Nº661/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11490/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Civil - Prefeitura de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Marcio Lima Noronha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5613/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Civil - Prefeitura de Manaus. Exercício de 2016.

Revelia. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. Marcio Lima Noronha.

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Casa Civil da Prefeitura de Manaus, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. **Marcio Lima Noronha** – Secretário Municipal e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Marcio Lima Noronha** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VII da Lei n. 2423/96 c/c art. 308, VII da Resolução n. 04/2002 pelas restrições: 5.16, 5.27, 5.28, 6.16, 6.28 e 7c do Relatório Conclusivo n. 29/2019-DICAMM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72,



ACÓRDÃO Nº661/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar à Casa Civil - Prefeitura de Manaus que:

10.4.1. Cumpra com o máximo rigor a Lei Complementar n. 131/09 – Lei da Transparência e Lei n. 12527/11 – Lei de Acesso à Informação.

10.4.2. Cumpra com o máximo rigor o Decreto Estadual n. 3206/2015 pertinente a concessão de adiantamentos;

10.4.3. Reveja sua política de controle interno na verificação da regularidade na aplicação dos recursos em adiantamento;

10.5. Dar ciência da Decisão ao Sr. Marcio Lima Noronha.

10.6. Arquivar os autos nos termos regimentais.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral